

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Optimização e implementação do Fundo de Reparação Predial**

A segurança predial está relacionada com milhares de famílias. Os edifícios antigos enfrentam permanentemente problemas, como a degradação estrutural, o desprendimento de revestimentos exteriores, a exposição de armaduras, o envelhecimento das canalizações de água e de electricidade, etc., o que constitui uma ameaça para a segurança da vida e do património dos residentes. Recentemente, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou que a Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana (DSSCU) ia, por um lado, reforçar a cooperação com o Instituto de Habitação (IH), desenvolvendo mais trabalhos na área da reparação predial e, por outro, colaborar com as associações para promover a reparação dos edifícios, com recurso ao Fundo de Reparação Predial. Além disso, segundo se sabe, o IH já fez, junto do Conselho para os Assuntos de Habitação Pública e diversas associações, uma apresentação sobre os trabalhos de revisão dos diplomas relativos ao Fundo de Reparação Predial, incluindo o alargamento do âmbito de apoio financeiro, o aumento dos respectivos montantes e a introdução de candidaturas electrónicas.

Segundo opiniões apresentadas por alguns residentes, era insuficiente o seu conhecimento sobre os diferentes planos e projectos de apoio financeiro no âmbito do Fundo de Reparação Predial, sobretudo no que diz respeito aos proprietários dos edifícios onde ainda não tinham sido constituídos órgãos de administração, o que afectou a sua vontade de o requererem. É de notar que, de

acordo com os dados do IH, no ano passado, o Fundo de Reparação Predial aprovou 662 casos envolvendo cerca de 66,05 milhões de patacas, dos quais 15 edifícios conseguiram mais do que um subsídio, portanto, efectivamente, foram 492 os edifícios beneficiados. Olhando para os mais de 5000 edifícios que já se encontram construídos em Macau há mais de 30 anos, anualmente só foi atribuído apoio financeiro a menos de 500, o que evidencia uma taxa de cobertura notoriamente baixa, demonstrando uma grande margem de melhoria em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo Fundo no tocante à promoção e divulgação, bem como ao aperfeiçoamento dos requisitos de candidatura.

Além disso, os complexos procedimentos de candidatura também constituem dificuldades operacionais para os proprietários idosos e os mais vulneráveis. É de reconhecer que a DSSCU já disponibilizou o serviço de apresentação “online” de candidaturas para o “Plano de Apoio Financeiro para Reparação das Partes Comuns de Edifícios das Classes P e M”, podendo os proprietários, através da “Conta Única” ou da “Plataforma para Empresas e Associações”, aceder a sete serviços, como, por exemplo, apresentar novos pedidos, consultar o andamento, etc., e ainda constituir o empreiteiro da obra como mandatário para acompanhar os procedimentos subsequentes. De acordo com os dados do IH, até 29 de Maio de 2026, no âmbito do referido Plano já foram aprovados 4489 casos, envolvendo 3410 edifícios e um valor superior a 520 milhões de patacas, ou seja, no âmbito do Fundo de Reparação Predial, este é o plano com os maiores números de casos e apoio financeiro aprovados. Contudo, limita-se aos edifícios de baixa altura, e os outros planos de apoio financeiro ainda não estão integrados na “Conta Única”. Assim, os residentes desejam que sejam eletronicizados todos os planos do Fundo de Reparação Predial, a fim de reduzir os custos decorrentes do processo de

candidatura, quer em termos administrativos, quer de tempo.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. As autoridades mencionaram que iam rever os diplomas relativos ao Fundo de Reparação Predial, revisão que abrange, entre outros, o alargamento do âmbito do apoio financeiro, o aumento dos respectivos montantes e a implementação de candidaturas electrónicas. Quando é que o respectivo regulamento administrativo entrará no processo legislativo?

2. Actualmente, o “Plano de Apoio Financeiro para Reparação das Partes Comuns de Edifícios das Classes P e M” já disponibiliza o serviço de apresentação “online” de candidatura. As autoridades devem, posteriormente, estender este serviço electrónico a outros planos de apoio financeiro do Fundo de Reparação Predial, no sentido de concretizar uma plena electrónica dos procedimentos de apresentação de candidatura, facilitando estes procedimentos aos proprietários e aumentando assim a vontade dos residentes em participar na reparação predial, bem como a eficiência em geral. Como é que isto vai ser feito?

3. As autoridades afirmaram que iam reforçar a cooperação interserviços entre a DSSCU e o IH, e promover, em colaboração com as associações, a reparação predial. Face à actual baixa taxa de cobertura de candidaturas, no futuro, as autoridades devem colaborar com as associações para, no tocante à melhoria dos requisitos de candidatura e ao reforço da divulgação nos bairros comunitários, entre outros, ajudar mais proprietários de edifícios antigos a candidatarem-se, caso necessário, ao apoio financeiro. Como é que isto vai ser feito?

5 de Junho de 2026

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Wong Kit Cheng**